



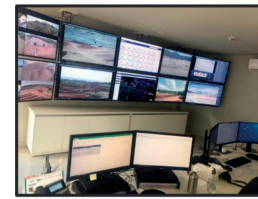
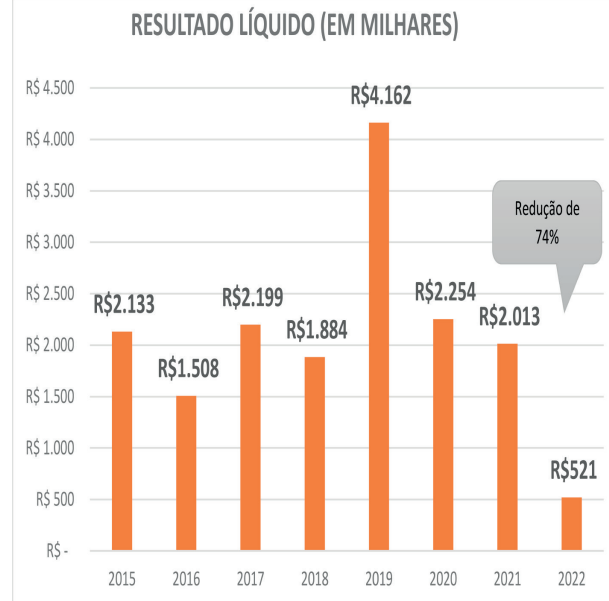
COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA

CNPJ: 17.806.779/0001-30

Relatório da Administração

Em 2022 a COMIPA – Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá, obteve um aumento de 20% no volume de minério faturado, basicamente em função da recuperação do mercado, resultante do aumento da demanda por nióbio à nível mundial. Conseqüentemente obtivemos um aumento no custo de exploração, que ficou em R\$ 15/t contra R\$ 12/t em 2021. Além disso, a movimentação de estéril foi menor, 1,7 milhões de toneladas (3 milhões de toneladas em 2021), representando uma diminuição de 44% em relação ao ano anterior. A previsão para 2023 é uma movimentação de minério de 7,1 milhões de toneladas.

RESULTADO LÍQUIDO



**PRINCÍPIOS INEGOCIÁVEIS DA COMIPA**  
Os Princípios Inegociáveis é o conjunto de diretrizes que regem o negócio da COMIPA, são constituídos por:

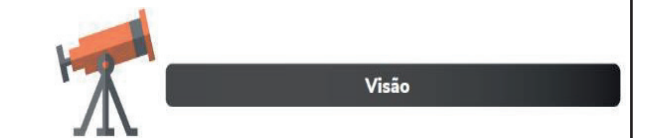
- Missão e Política do SIG;
- Visão;
- Valores e “Nosso Compromisso”

Foram definidas pela Alta Direção da Companhia para orientar o Planejamento Estratégico e direcionar as competências e comportamentos, assim estabelecendo uma unidade entre as pessoas da empresa.

- MISSÃO**  
É o propósito da COMIPA existir. É sua razão de ser;
- POLÍTICA SIG**  
Política estabelecida pela Alta Direção formalizando o comprometimento com Segurança e Saúde no Trabalho, Meio Ambiente e Qualidade.
- VISÃO**  
É a situação em que a COMIPA deseja chegar nos próximos 5 anos;
- VALORES**  
Valores nos quais norteiam a COMIPA, isto é, a maneira como a empresa pretende ser reconhecida pelas partes interessadas;
- NOSSO COMPROMISSO**  
É o conjunto de competências e comportamentos desejados, alinhados aos no Valores da COMIPA.



Fornece matéria prima para produção e desenvolvimento de produtos especiais à base de nióbio, com excelência na gestão dos seus ativos, foco em segurança, saúde, meio ambiente, qualidade e inovação.

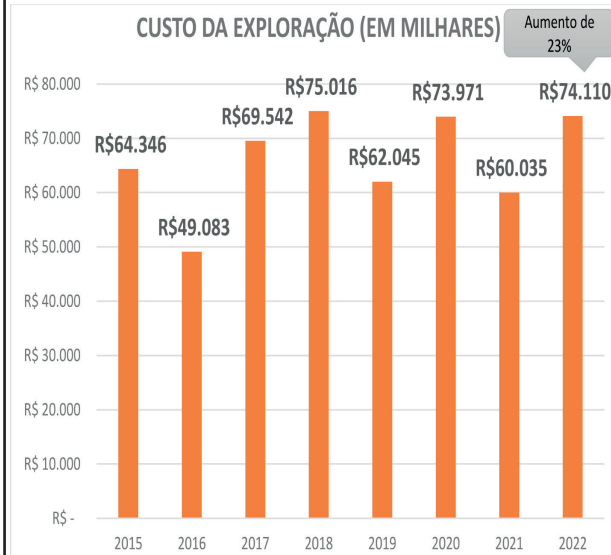
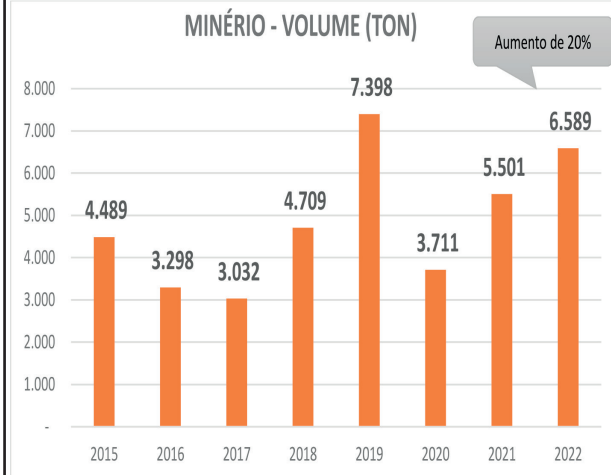


A Visão é aonde se pretende chegar no horizonte de 5 anos.

- Ser referência mundial em segurança operacional;
- Ser reconhecida por ter uma operação totalmente gerenciada em tempo real com menor custo operacional;
- Ter uma operação sustentável, com foco em inovação e gestão de mudanças, buscando as melhores práticas de mercado;
- Ter um Sistema Integrado de Gestão certificado, com alto grau de maturidade, transparência, orientado para pessoas, processos e resultados;
- Compartilhar a melhor sinergia na interface com acionistas, colaboradores, fornecedores, cliente e comunidade.



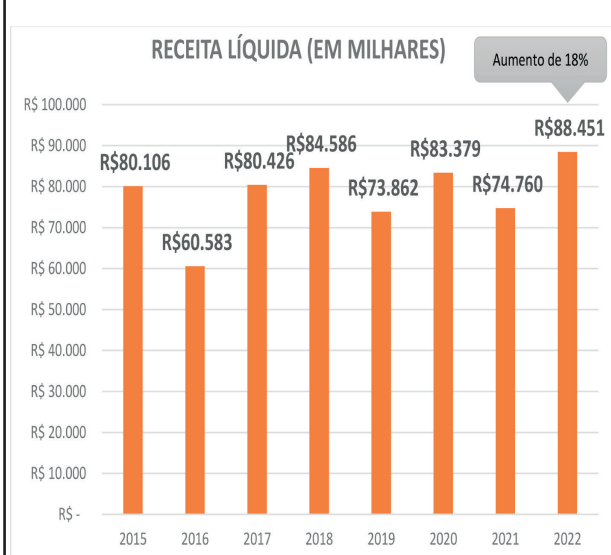
É a síntese dos conhecimentos, habilidades e atitudes de cada pessoa, traduzidas e comportamentos que dão origem ao Programa “Nosso Compromisso”.



RECEITA BRUTA



RECEITA LÍQUIDA



Como resultado do aumento dos custos de produção a Receita também aumentou em relação ao ano anterior, totalizando 18% de acréscimo.

A COMIPA encerra o exercício com um Resultado Líquido de R\$ 521 mil, com uma redução de 74% em relação ao ano anterior. Em 2022, a Companhia provisionou contingências relativas aos benefícios pós-emprego, o que acabou ocasionando a redução do resultado líquido.

CONTROLADORIA

A Controladoria da COMIPA engloba todos os processos da Contabilidade, Fiscal, Financeiro, Departamento Pessoal e Gestão Orçamentária. Além disso a Controladoria da COMIPA é responsável pela gestão e centralização dos dados e informações gerados em todos os fluxos e processos internos, trazendo maior eficiência e eficácia aos reportes, com mais confiabilidade, transparência e fidelidade. Cumpre além disso, integrar todos os processos e departamentos da companhia, ganhando assim maior sinergia entre as áreas, com as informações sendo processadas de forma centralizada em tempo real, fornecendo assim maior autonomia e independência, de forma clara e objetiva. A Comipa através do departamento de Controladoria busca constantemente se reinventar, trazendo novas soluções e tecnologias, para se adequar aos novos desafios e demandas. A Controladoria também é responsável pelo planejamento, gestão e controle orçamentários. Subsidiando e fornecendo ferramentas aos gestores para que o acompanhamento e controle do orçamento seja feito de forma eficiente e assertiva. Reporta aos Diretores, sócios e entes públicos e privados, todas as informações financeiras, econômicas, contábeis e fiscais, além de dados e informações estratégicas.

O SAP Business One, é nossa principal ferramenta corporativa, um sistema de controle e gestão integrada, que representa o que há de melhor em soluções tecnológicas, um software que é referência mundial. Nossa plataforma de Folha de Pagamento, RH, Segurança e Medicina do Trabalho é a Starsoft, um software homologado SAP.

PROGRAMA NOSSO BUDGET 2023

Programa de gestão orçamentária que visa a construção de cenários econômico-financeiros, projeções de resultados, análise de investimentos, bem como o controle efetivo e eficaz de gastos através do planejamento, execução e controle orçamentários, gerando maior previsibilidade e subsidiando a Companhia no atingimento dos seus objetivos estratégicos.

O programa “Nosso Budget” está alinhado com a estratégia e princípios da COMIPA. Sendo assim, além de garantir a manutenção da estabilidade econômica-financeira, mantém a Companhia alinhada com seus objetivos, direcionando esforços em todos os níveis para o atingimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico.

O Comitê de Gestão Orçamentária, também faz parte do programa Nosso Budget, e tem o papel de garantir a eficiência e assertividade na execução orçamentária e a aderência ao planejamento financeiro. Controlando e monitorando a realização dos gastos, acompanhando os resultados periodicamente, analisando e aprovando os investimentos organizacionais, subsidiando as tomadas de decisão, e suportando a Companhia na busca dos seus objetivos estratégicos. Além disso, tem a função de oportunizar melhorias, ganhos operacionais e financeiros através da gestão matricial de gastos.

A gestão matricial de gastos permite uma melhor alocação de recursos, trazendo para os gestores uma visão estratégica, pensando em toda a empresa e não apenas em um determinado setor. Além disso, eliminamos os riscos de inflacionamento de gastos, tornando a execução orçamentária mais criteriosa. Desta forma, o planejamento estratégico fica alinhado à projeção orçamentária e os esforços são direcionados para uma melhor alocação dos recursos, e para a transparência das finanças.

Visando automatizar os processos de gestão financeira e orçamentária, a Companhia está em fase de implantação do sistema Leverpro. Uma ferramenta de geração de relatórios dinâmicos, dashboards e KPIs, que irá automatizar a gestão orçamentária, gerando muito mais confiança nos dados apresentados e diminuindo os possíveis erros. A automatização permitirá que os responsáveis obtenham dados mais precisos, podendo realizar trabalhos com mais agilidade e eficiência, e tomar decisões acerca do orçamento com maior confiança e assertividade.

ESG E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A COMIPA se preocupa com os possíveis efeitos das mudanças climáticas e impactos ambientais provenientes de suas operações.

Para isso, adota iniciativas que contribui para a redução das emissões e promove o uso de energia alternativas em seus processos operacionais, como:

- Substituição do diesel S500 para o biodiesel S10;
- Utilização de arla32 nos caminhões para reduzir as emissões;
- Projetos black e green belts de redução do consumo de litros/h;
- Compensação de emissão por reflorestamento; e
- Projetos com utilização de polímeros para redução do material particulado e consequente redução no consumo de água e diesel dos equipamentos de umidificação de vias.

A COMIPA iniciará as declarações inventários de emissões GEE no Programa Brasileiro GHG Protocol em 2023.

Em relação ao inventário GGE, a COMIPA/CBMM é neutra desde 2019, com a aquisição de RECs (Certificados de Energia Renovável) da Companhia de Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais (CEMIG). Sendo assim hoje seu consumo é considerável 100% proveniente de fontes renováveis fazendo com que as emissões de GEE relacionadas seja zero.

A COMIPA não possui emissão de fontes estacionárias de Gases de Efeito Estufa. As emissões de GEE são provenientes do consumo de diesel que são declaradas tanto na RAPP (IBAMA) quanto no SINIR (MMA). Desenvolvemos iniciativas para minimizar outros impactos: vias de acesso são irrigadas com água para evitar a geração de particulados; correias transportadoras para reduzir o tráfego de caminhões e suas emissões; inspeções em veículos à diesel que transitam na Companhia; monitoramento das emissões de GEE, e monitoramento de fumaça preta, incluindo as operações de terceiros

Dados de consumo de diesel e sua conversão em emissões:

FONTES ENERGÉTICAS / EMISSÕES				
Consumo de Combustível - Óleo Diesel	Consumo de Combustível (litros) Óleo diesel	Conversão para m3	Consumo de Combustível (t) Óleo diesel	Emissões de CO2
2022	2.807.465,00	2.807,47	2.358,27	7.312,90
2021	2.895.164,00	2.895,16	2.431,94	7.540,91
2020	3.641.254,00	3.641,25	3.058,65	9.484,09

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

O Sistema Integrado de Gestão é a estrutura para desenvolver e suportar metodologicamente a companhia na gestão dos riscos, gestão das mudanças, gestão para resultados e no Planejamento Estratégico 2021-2023. As atividades do SIG COMIPA são ratificadas através dos certificados nas normas ISO 9001, 45001 e 14001 em suas versões atuais.

1. Gestão dos Riscos e Governança

Adoção de metodologias, ferramentas e controles adequados para longevidade do negócio, alinhados aos objetivos do Sistema Integrado de Gestão;

2. Gestão Mudanças

Assegurar que as mudanças no sistema de gestão sejam planejadas de forma a não afetar os objetivos da organização.

3 Gestão para Resultados

Formalizar o direcionamento estratégico definido pela alta direção, concentrando a força intelectual de todos os colaboradores, focalizando-a para as metas do Planejamento Estratégico da COMIPA orientado para resultados. Desenvolvendo projetos de melhoria e estabilização de resultados

AUDITORIA EXTERNA E CERTIFICAÇÕES INTERNACIONAIS

O ABS Quality Evaluations é a empresa responsável pela auditoria externa de qualidade da COMIPA, a mesma está acreditada pelos maiores e mais respeitados órgãos de acreditação do mundo. Esses órgãos reconhecem a experiência e compromisso com a melhoria do desempenho por meio dos sistemas de gestão. O ABS QE é um dos principais contribuidores para o desenvolvimento de normas industriais, nacionais e internacionais. O planejamento e suporte metodológico é promovido pela equipe do Sistema Integrado de Gestão. No ano de 2022, a companhia foi re-certificada nas normas ISO 45001:2018, 14001:2015 e 9001:2015

COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA

CNPJ: 17.806.779/0001-30

2/4

Relatório da Administração

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Sistema Integrado de Gestão da COMIPA, tem como objetivo a busca constante da eficiência dos processos, gestão dos riscos e identificação de oportunidades, por meio de métodos de gestão que auxiliam a companhia no atingimento dos seus objetivos estratégicos, gerando valor para empresa.

O Planejamento tem como premissa a Visão da Companhia, a mesma está alinhada aos requisitos identificados por cada parte interessada do negócio (Acionista, Cliente, Fornecedores, Funcionários, Comunidade e Órgãos Governamentais). Abaixo segue a ilustração do Mapa Estratégico da COMIPA, foi aplicado o método BSC (Balanced Scorecard).



O que priorizamos em nossa estratégia:

1. Segurança como Valor;
2. Cliente no centro (Customer Centric);
3. Mindset Ágil;
4. Monitoramento dos Objetivos Estratégicos;
5. Desdobramento da estratégia no plano tático e operacional.

DNA COMIPA

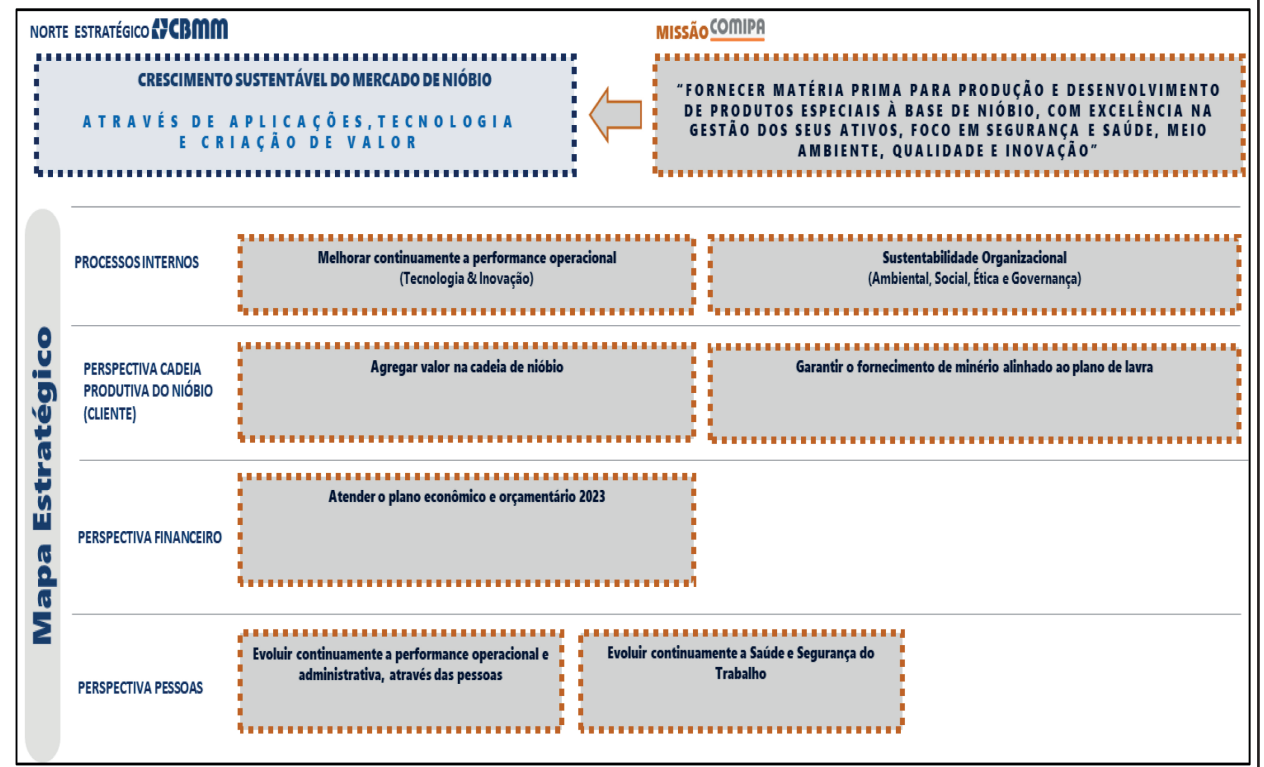
O momento DNA COMIPA foi pensado para integração e participação de todos os colaboradores nos assuntos corporativos da companhia, com os seguintes objetivos:

1. Difundir a prática da conversa franca entre todos os níveis da COMIPA;
2. Promover alinhamento entre os processos;
3. Apresentar os resultados do desempenho da empresa para todo time.

Histórico do evento:

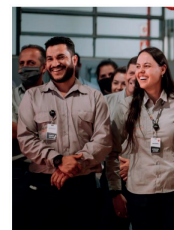


Conheça o trabalho realizado integrando o norte estratégico do cliente alinhada a missão da COMIPA, sendo desdobrada em 7 objetivos estratégicos, conforme o mapa abaixo:



Laboratório COMIPA

Líderes dos processos apresentaram suas iniciativas, projetos e ações de futuro alinhadas ao planejamento estratégico, com impacto dentro e fora da sua área, reforçando a visão integrada. Objetivando promover a visão integrada e a sinergia entre áreas e processos, o laboratório promove e reforça a integração e colaboração entre departamentos e processos, direcionando esforços para as metas e objetivos estratégicos da Companhia. Transformar, crescer, motivar e conhecer foram os pilares do evento.



RECONHECIMENTOS NACIONAIS



O maior evento sobre práticas de gestão pela qualidade, que destaca e reconhece as melhores equipes de organizações brasileiras que adotam metodologias como LEAN, GMC e CCQ. A COMIPA participou com dois projetos na edição de 2022.



O Prêmio de Excelência da Revista Minérios está em sua 25ª edição e tem por objetivo divulgar os projetos de aumento de produtividade e redução de custos e inovação, desenvolvidos pelas equipes de diversos setores em uma mineradora. Os projetos são avaliados por um júri independente. Os autores premiados recebem troféu e diploma como reconhecimento em solenidade realizada no evento 14º Workshop Redução de

Custos da Mina e na Planta. São diversas categorias, dentro delas: processos, lavra, geotecnia, segurança, gestão, manutenção industrial, tratamento de rejeitos, barragens, meio ambiente e outras. O objetivo do Prêmio de Excelência é compartilhar as ideias inovadoras criadas pelas equipes de diversos setores de mineração e dar visibilidade aos seus autores. A COMIPA foi premiada com dois projetos. O programa de gestão da COMIPA, já capturou R\$3,1 mm em ganhos financeiros, com foco em redução de desperdícios, otimização de rotinas de trabalho e padronização. **SEGURANÇA COMO VALOR** O Sistema Integrado de Gestão da COMIPA, tem como objetivo a busca constante da eficiência dos A COMIPA tem o compromisso de sempre buscar o caminho da evolução e alta performance aliada ao bem-estar do colaborador. Dentro desse cenário, vamos lançar o Programa Segurança Como Valor. A COMIPA acredita que a prevenção e percepção de riscos são prioridade para a companhia. E durante o ano de 2022 teremos várias ações para promoção do comportamento seguro. O foco principal desse programa são as pessoas, afinal, são elas que fazem toda essa engrenagem funcionar e neste ano que se inicia, iremos desenvolver o aspecto comportamental da equipe para que a segurança seja indispensável durante todas as atividades. Estamos à 2212 dias sem acidentes com afastamento (26/01/2023).

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	2022	2021
<b>Circulantes</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	372	4.942
Títulos e valores mobiliários	5	6.899	-
Contas a receber de clientes	6	6.251	3.102
Estoques		179	93
Impostos a recuperar	7	4.718	7.781
Outros ativos		199	165
Total dos ativos circulantes		18.618	16.083
<b>Não circulantes</b>			
Títulos e valores mobiliários	5	-	5.824
Impostos a recuperar	7	-	1.267
Impostos diferidos	19	5.077	4.596
Depósitos judiciais	8	881	650
Imobilizado	9	5.958	12.337
		70	85
Total dos ativos não circulantes		6.028	12.422
Total dos ativos		24.646	28.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	439	88	-	527
Lucro líquido do exercício	-	-	2.013	2.013
(-) Dividendos distribuídos	-	-	(2.013)	(2.013)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	439	88	-	527
Lucro líquido do exercício	-	-	521	521
(-) Dividendos distribuídos	-	-	(521)	(521)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	439	88	-	527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2022	2021
Receita líquida	16	88.451	76.559
Custos dos produtos vendidos	17	(74.110)	(63.300)
<b>Lucro bruto</b>		14.341	13.259
Despesas administrativas	18	(10.144)	(8.464)
Outras despesas operacionais, líquidas	18	(1.740)	(1.793)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		2.457	3.002
Receitas financeiras		898	377
Despesas financeiras		(177)	(18)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		3.178	3.361
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	(3.138)	(1.377)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	481	30
<b>Lucro líquido do exercício</b>	20	521	2.013
Lucro líquido por ação (R\$ / 1.000 ações)	20	1,42	5,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	521	2.013
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	521	2.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.178	3.361
Ajustes para conciliar o lucro do período ao caixa oriundo das atividades operacionais:			
Depreciação	9	15	17
Provisões para contingências	8	167	120
Atualização de depósitos judiciais	8	(69)	(15)
Provisões de benefício pós emprego	14	1.249	149
Rendimentos de aplicações em títulos e valores mobiliários		(598)	(377)
		3.942	3.255

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2022	2021
Aumento (redução) nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(3.149)	530
Estoques		(86)	(93)
Outros ativos		4.135	(25)
		899	412
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		719	(315)
Obrigações trabalhistas e sociais		(2.075)	2.508
Obrigações tributárias		(82)	(273)
Outros passivos		(1.067)	153
		(2.505)	2.073
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		2.336	5.740
Tributos pagos sobre o lucro		(4.416)	(1.444)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		(2.081)	4.296
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Resgate (aplicação) em títulos e valores mobiliários		(477)	188
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>		(477)	188
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Dividendos pagos	13	(2.013)	(5.574)
<b>Caixa aplicado nas atividades de financiamentos</b>		(2.013)	(5.574)
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		(4.570)	(1.090)
<b>Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa</b>		4.942	6.032
<b>Saldo final do caixa e equivalentes de caixa</b>		372	4.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**  
A Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA ("Companhia" ou "COMIPA"), constituída em 28 de setembro de 1972, é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida e domiciliada na Avenida Tancredo Neves, nº 30, Bloco A, Vila Silveira, Araxá/MG. Tem por atividade predominantemente a lavra do Pirocloro e outros minerais nas concessões de minas arrendadas e venda do minério extraído.  
A COMIPA é uma "joint venture" constituída pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM e pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG, que possuem 49% e 51% de participação de seu capital social, respectivamente.  
A atividade operacional da COMIPA é desenvolvida, exclusivamente, com a CBMM, conforme detalhes divulgados na Nota 21.

**1.1. Impactos das mudanças climáticas nas informações financeiras**  
No que se referem às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou os efeitos das possíveis mudanças no clima e seus reflexos, e concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras em decorrência deste assunto.  
A Companhia adota iniciativas que contribuem para a redução das emissões, além de promover o uso de energias alternativas em suas operações.  
Por isso, com foco na sustentabilidade, a COMIPA investe em gestão de riscos climáticos, promovendo o engajamento nas questões sensíveis ao clima, além de buscar sempre oportunidades e estratégias de descarbonização e redução dos impactos ambientais e climáticos.

**2. Base de preparação**  
A administração preparou e revisou estas demonstrações financeiras, autorizando sua emissão em 19 de abril de 2023. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas conforme pronunciamento técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.  
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico e valor justo por meio do resultado como base de valor, e evidenciam todas as informações relevantes próprias

das demonstrações financeiras.  
As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.  
A preparação dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis, conforme divulgado na Nota 2 (b).  
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma das empresas atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional e de apresentação da Companhia, o Real.

**2.2. Uso de estimativas e julgamentos**  
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.  
As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.  
Não houve julgamento crítico na preparação das estimativas apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia.  
A avaliação da recuperabilidade do caixa a receber da CBMM é baseado no histórico de recebimento que comprova a ausência de perdas. Não há, portanto, julgamento relevante envolvido nesta avaliação.  
As informações sobre incertezas de premissas e estimativas estão incluídas nas notas mencionadas abaixo:  
• Provisão para contingências (Nota 8): a Companhia reconhece provisão para causas ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões

mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Dentre as provisões para contingências foi reconhecida provisão ambiental que foi estimada com base nas premissas internas da Companhia, também descritas na Nota 8; e  
• Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19): a Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios e nos orçamentos aprovados pela Administração.  
• Benefício pós emprego (Nota 14): a Companhia reconhece o passivo atuarial dos benefícios pós emprego, considerando as premissas de rotatividade, entrada em aposentadoria, composição familiar, mortalidade, hipótese de crescimento dos custos médicos, "aging factor", e variáveis financeiras (como futuros aumentos de salários e custos médicos). O método atuarial adotado para a determinação do valor presente da obrigação de benefício definido e do custo do serviço corrente, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), foi o Crédito Unitário Projetado. A obrigação de benefício resultante é então descontada a um valor presente. A Administração apoia essa estimativa com base na recomendação de atuários independentes.

**3. Resumo das políticas contábeis significativas**  
A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: (i) deverá ser realizado ou destinado a ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal; (ii) realizado principalmente para fins de negociação; (iii) espera-se que seja realizado no período de doze meses após o exercício do relatório; ou (iv) caixa ou equivalente de caixa, a menos que não seja trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após o exercício do relatório. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.  
Um passivo é classificado como circulante quando: (i) emitido principalmente com a finalidade

**COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA**

3/4

CNPJ: 17.806.779/0001-30

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

de negociação; (ii) é detido principalmente para fins comerciais; (iii) deve ser liquidado em até doze meses após o exercício do relatório; ou (iv) não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os outros passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como ativos e passivos não circulantes, conforme divulgado na nota explicativa 11. Moeda funcional e moeda de apresentação:

**3.1. Uso de estimativas e julgamentos**

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata concedida pelo emissor ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os instrumentos que não são elegíveis para a classificação de caixa e equivalentes de caixa, devido à sua liquidez, prazo de vencimento ou mesmo ao risco de mudança de valor, são classificados como títulos e valores mobiliários.

**3.2. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são montantes cujas premissas para classificação como Caixa e equivalentes de caixa não foram atendidas.

**3.3. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir do momento em que a Companhia se torna parte das exposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido é registrado pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia, são classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. Os custos amortizados são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado são aplicações financeiras; contas a receber de clientes e outros ativos. Os Títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, os quais possuem mercado ativo, sendo possível a mensuração do seu valor justo de forma confiável e sem esforço excessivo, conforme CPC PME (R1).

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

**3.4. Imobilizado**

O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando houver probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item puder ser mensurado com segurança. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data de relatório e ajustados, se aplicável.

Terenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada para reduzir o custo de itens do imobilizado menos seus valores residuais estimados, usando o método linear ao longo da vida útil e é reconhecida na demonstração do resultado. A vida útil estimada dos bens está mencionada na nota explicativa nº 15.

A Companhia realiza anualmente a avaliação de perda no valor recuperável para suas unidades geradoras de caixa, as quais englobam os saldos de ativo imobilizado.

A amortização das barragens de rejeitos baseia-se nos volumes depositados em relação à capacidade total dessas barragens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada, como segue:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação na rubrica de Outras receitas (despesas), líquidas\*.

**3.5. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do exercício do relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Essas atualizações monetárias são registradas nas receitas (despesas financeiras) vide nota explicativa nº 19.

Os ativos contingentes não são reconhecidos pela Companhia e somente são divulgados, caso haja provável recebimento de benefícios econômicos. Se for praticamente certo que os benefícios econômicos serão recebidos, o ativo e o correspondente ganho são registrados nas demonstrações financeiras do exercício correspondente à mudança na estimativa.

**3.6. Receita de contrato com cliente**

Conforme o CPC 47/IFRS 15, a "Receita de contratos com clientes", trata do reconhecimento de receita e estabelece os princípios para reportar informações úteis para os usuários das demonstrações financeiras acerca da natureza, montante, tempo e incerteza da receita e de fluxos de caixa oriundos dos contratos com clientes da Companhia. A receita é reconhecida quando o cliente obtém controle dos bens ou serviços e, portanto, tem a capacidade de direcionar o uso e obter os benefícios dos bens e serviços. A norma foi efetivada em períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para as entidades e quando critérios específicos tenham sido atendidos, conforme descrito a seguir. O registro da receita ocorre quando todas as contingências relativas à venda tenham sido resolvidas.

A Companhia reconhece a receita de venda de mercadorias assim que o produto é entregue para o cliente; quando o cliente tem total decisão sobre o produto e, quando não há obrigação não cumprida que possa vir a afetar a aceitação do produto pelo cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas líquida de tributos sobre as vendas, devoluções, abatimentos e descontos, bem como dos efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15.

**3.7. Receitas financeiras e despesas financeiras**

A receita financeira é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias.

**3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e as contribuições sociais correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se os critérios estabelecidos pela norma contábil forem atendidos.

**(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se os critérios estabelecidos pela norma contábil forem atendidos.

**3.9. Arrendamentos**

Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, conforme CPC PME (R1). Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

**3.10. Plano de benefícios a empregados**

**a) Benefícios de pensão – obrigações de aposentadoria**  
As empresas do Grupo operam vários regimes de benefícios de pensão, que são financiados por meio de pagamentos para companhias de seguros e planos de previdência específicos, determinados por cálculos atuariais periódicos. A nota 29 descreve todos os planos de pensão utilizados

pela Companhia.

**b) Benefícios de pensão – multa do FGTS por ocasião de desligamento na aposentadoria**  
As empresas brasileiras devem, por lei, depositar, no início de cada mês, um valor equivalente a 8% da remuneração total de cada empregado em contas vinculadas abertas para eles no FGTS, administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF, esse depósito é um incentivo ou um fundo de indenização que pode ser resgatado pelo empregado quando determinados critérios são atendidos (como a compra do primeiro imóvel para moradia ou a rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador). Esses valores depositados pela Companhia são lançados na demonstração do resultado como parte dos custos com folha de pagamento, incluídos em "Despesas administrativas", ou, se relacionados ao pessoal da produção, em "Custo dos produtos vendidos".

**c) Benefícios durante a vida ativa – participação nos lucros e resultados**  
A Companhia distribui participação nos resultados, com base em um conjunto de parâmetros previamente definidos (produção, produtividade e outras variáveis), mediante acordo coletivo firmado com o Sindicato e homologado no Ministério do Trabalho.

**3.11. Dividendos**

A distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, de informa intercalar a cada semestre, quando aprovado pela Direção e registrado em ata, os quais serão pagos após aprovação em Assembleia Geral.

**4. Instrumentos financeiros**

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pela operação. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado foi elaborada por meio de informações disponíveis e metodologia de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de "swap" ou similares. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis destes, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

**4.1. Riscos de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das seguintes contas:

	2022	2021
Caixa e bancos	61	5
Aplicações financeiras	311	4.937
Títulos e valores mobiliários	6.899	5.824
Contas a receber de clientes	6.251	3.102
	<b>13.522</b>	<b>13.868</b>

As contas a receber de clientes da Companhia são 100% com a CBMM.

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e rating atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido na mesma por parte de cada banco ou instituição financeira.

**4.2. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados.

	2022	2021
Fornecedores	2.810	2.091
Outros passivos	130	107
	<b>2.940</b>	<b>2.198</b>

**4.3. Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**4.4. Risco cambial**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não estava sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, porém ocasionalmente pode efetuar importação de materiais de consumo, tendo por base o Dólar Norte-americano (USD) e o Euro (€). Nestes casos, as taxas de câmbio são pactuadas no ato da compra.

**4.5. Risco de taxa de juros**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava exposição às variações do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) em suas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

**4.6. Determinação do valor justo**

Os ativos e passivos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas e as despesas com juros provenientes desses passivos são registradas em despesas financeiras, ambos usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo ou passivo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas).

Os valores justos dos ativos e passivos são mensurados de acordo com a hierarquia de valorização abaixo:

- (Nível 1) - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (Nível 2) - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (Nível 3) - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis)

**4.7. Instrumentos financeiros por categoria**

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, os quais considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

**Ativos financeiros**

	2022	2021
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e bancos	61	5
Aplicações financeiras	311	4.937
Contas a receber de clientes	6.251	3.102

**Ativos ao valor justo por meio do resultado**

	2022	2021
Títulos e valores mobiliários	6.899	5.824
	<b>13.522</b>	<b>13.868</b>

**Passivos financeiros**

	2022	2021
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores	2.810	2.091
Outros passivos	130	107
	<b>2.940</b>	<b>2.198</b>

Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial referentes às aplicações financeiras são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Títulos de valores mobiliários - O fundo de investimento utiliza estratégia de gestão ativa, principalmente nos mercados de taxas de juros e de índices de preço, por meio de exposição nos mercados à vista e/ou derivativos. Adicionalmente, o fundo pode investir até 50% do seu patrimônio líquido em títulos de crédito privado, de emissores classificados como baixo risco de crédito por agência de risco localizada no país. A mensuração a valor justo segue a hierarquia de nível 1.

Contas a receber de clientes e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

**5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

**5.1. Caixa e equivalentes de caixa**

	2022	2021
Caixa e bancos conta movimento	61	5
Aplicações financeiras	311	4.937
	<b>372</b>	<b>4.942</b>

A seleção da modalidade de aplicação dos recursos da Companhia é realizada dentro de um perfil conservador, em títulos e fundos de renda fixa, de baixo risco de mudança de valor e limites, sendo compromissada e de resgate imediato sem perdas para a Companhia. No exercí-

cio findo em 31 de dezembro de 2022, as referidas aplicações financeiras tiveram rendimento médio equivalentes a 85% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI (70% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

**5.2. Títulos e valores mobiliários**

	2022	2021
Títulos e valores mobiliários	6.899	5.824

Os Títulos e valores mobiliários referem-se a fundos de investimentos do Banco Itaú. Esse montante tem destinação específica para pagamento de provisões para contingências para compensações ambientais, conforme divulgado na Nota 8. Por sua vez, estas aplicações financeiras e seus respectivos rendimentos são classificados no ativo circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o fundo teve rentabilidade de 12,34%, os rendimentos foram de aproximadamente 99,77% do CDI (107,74% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

A exposição da Companhia a riscos de crédito e taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota 4.

**6. Contas a receber de clientes**

Refere-se à recebíveis pela venda do pirocloro e podem ser assim demonstrados:

	2022	2021
Contas a receber de clientes – CBMM	6.251	3.102

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía nenhuma estimativa para redução ao valor recuperável ou perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa das contas a receber de clientes, devido ao fato de todo montante estar relacionado ao cliente CBMM, um dos acionistas e único cliente e para o qual não há histórico de perdas. As faturas em aberto correspondem à nota fiscal emitida no último mês, as quais já foram totalmente liquidadas em 13 de janeiro de 2023.

**7. Impostos a recuperar**

A sistemática da não-cumulatividade para o PIS e para a COFINS foi introduzida na legislação tributária brasileira nos anos-calendário de 2002 e 2003, respectivamente, por meio da publicação das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003.

De acordo com este regime de tributação, é permitido ao contribuinte o aproveitamento de créditos dos referidos tributos calculados sobre determinados dispêndios incorridos no decorrer de suas atividades.

A administração estima utilizar o crédito nos próximos 12 meses, compensando integralmente os tributos da esfera federal, sendo exclusivamente PIS/COFINS sobre faturamento.

**8. Depósitos judiciais e provisões para riscos trabalhistas e ambientais**

**8.1. Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais da Companhia são para garantir certos litígios trabalhistas, conforme demonstrado a seguir.

	2021	Adições	Atualizações	Baixas	2022
Depósitos judiciais - Trabalhistas	650	486	69	(324)	881

	2020	Adições	Atualizações	Baixas	2021
Depósitos judiciais - Trabalhistas	651	41	15	(57)	650

**8.2. Provisões para contingências**

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas e ambientais.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos trabalhistas e ambientais, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

	2022	2021
Provisão para contingências e riscos – Ambientais (a)	1.735	5.411
Provisão para contingências e riscos - Trabalhistas (b)	4.542	699
	<b>6.277</b>	<b>6.110</b>

**8.3. Movimentação de provisões para contingências**

	2021	Adições	Reversões	Baixas	2022
Ambientais (a)	5.411	-	(3.676)	-	1.735
Trabalhistas (b)	699	4.167	-	(324)	4.542
<b>Total</b>	<b>6.110</b>	<b>4.167</b>	<b>(3.676)</b>	<b>(324)</b>	<b>6.277</b>

	2020	Adições	Reversões	Baixas	2021
Ambientais (a)	5.411	-	-	-	5.411
Trabalhistas (b)	579	120	-	-	699
<b>Total</b>	<b>5.990</b>	<b>120</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.110</b>

**(a) Provisão para contingência ambiental**

Corresponde à demanda de Compensação Florestal de Empreendimento Minerário, estabelecida atualmente no art. 75, da Lei Estadual nº 20.922/13 (Código Florestal de MG), e que também era prevista pelo código anterior (art. 36, Lei 14.309/02). Segundo a referida legislação, o empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa deverá adquirir e realizar a regularização fundiária (aquisição de áreas), com vistas a implementar Unidade de Conservação de Proteção Integral, segundo os procedimentos atuais da Portaria IEF nº 27/17. Em dezembro de 2019, a Companhia recebeu notificação do órgão ambiental exigindo a compensação ambiental correspondente à 338,20 hectares.

Naquele momento, foi provisionado o valor de R\$ 5.411 considerando o valor por hectare estimado para aquisição de áreas que atendam as premissas estabelecidas pela legislação. O valor foi estabelecido com base no valor médio de áreas na Bacia Hidrográfica

**COMPANHIA MINERADORA DO PIROCLORO DE ARAXÁ - COMIPA**

CNPJ: 17.806.779/0001-30

4/4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Movimentação da depreciação							
Taxa a.a.	01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022	2022	2021
Máquinas e equipamentos	10%	(155)	(9)	-	-	(164)	
Móveis e utensílios	10%	(127)	(3)	-	-	(130)	
Computadores e periféricos	20%	(106)	(3)	-	-	(109)	
Instalações	10%	(48)	-	-	-	(48)	
<b>Total depreciação</b>		<b>(436)</b>	<b>(15)</b>			<b>(451)</b>	
Imobilizado líquido						2022	2021
		<b>85</b>	<b>(15)</b>			<b>70</b>	

Movimentação da depreciação							
Taxa a.a.	01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021	2021	2020
Máquinas e equipamentos	10%	(145)	(10)	-	-	(155)	
Móveis e utensílios	10%	(124)	(3)	-	-	(127)	
Computadores e periféricos	20%	(102)	(4)	-	-	(106)	
Instalações	10%	(48)	-	-	-	(48)	
<b>Total depreciação</b>		<b>(419)</b>	<b>(17)</b>			<b>(436)</b>	
Imobilizado líquido						2021	2020
		<b>102</b>	<b>(17)</b>			<b>85</b>	

**Garantias**  
A Companhia não possui bens que compõem o ativo imobilizado dados em garantias de dívidas.

**Desmobilização e reabilitação ambiental**  
Em relação ao custo de desmobilização do projeto e reabilitação ambiental, a Administração e seus acionistas entendem que a obrigação principal de promover e custear o desmantelamento de ativos e recuperação ambiental é dos acionistas que detêm o direito mineral e cujos gastos devem ocorrer em um período superior à vigência da escritura pública. Por esta razão, não há reconhecimento de provisão para descomissionamento do projeto. A Companhia, como usufrutuária dos direitos minerais, possui a responsabilidade pelas obrigações ambientais e manutenção do licenciamento durante o período de vigência da escritura.

**10. Fornecedores**  
O saldo refere-se basicamente a fornecedores de materiais de consumo e prestadores de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

	2022	2021
DF+ Engenharia Geotécnica e Recursos Hídricos (a)	482	-
Defesa Florestal (b)	363	-
Datamine Brasil Soluções em Tecnologia (c)	279	-
Rumos Distribuidora de Petróleo (d)	258	832
Metal Ar Engenharia/Ambipar Environmental Mining (e)	-	209
CBMM/AFCBMM	654	404
Unimed Araxá	179	203
Sodexo do Brasil	81	77
Viação Andrade	112	-
Outros fornecedores	402	367
	<b>2.810</b>	<b>2.091</b>

(a) A Companhia contratou serviços de engenharia e geologia, para adequação das pilhas de estéril.  
(b) A Companhia contratou serviços de hidrossemeadura nas pilhas de estéril.  
(c) A Companhia contratou empresa especializada para elaboração do PAE (Plano de Aproveitamento Econômico).  
(d) No mês de dezembro de 2022 não houve movimentação de minério e estéril, por esse motivo a redução nas aquisições de combustível.  
(e) No mês de dezembro de 2022 não houve movimentação de minério e estéril, por esse motivo a redução nas aquisições de combustível.

**11. Salários, participações nos resultados e encargos sociais**  
São decorrentes de provisões das respectivas férias e encargos dos funcionários, salários, como também da provisão para participação no resultado relativa ao exercício 2022 como demonstrado a seguir:

	2022	2021
Provisão para Participação em Resultados	2.301	4.410
Salários e encargos	1.032	1.090
Férias e encargos	1.755	1.663
	<b>5.088</b>	<b>7.163</b>

**12. Obrigações tributárias**  
São oriundas de provisões dos impostos a recolher e demais impostos retidos na fonte ou provenientes do faturamento, como demonstrado a seguir:

	2022	2021
IRPJ e CSLL a pagar	145	1.423
PIS e COFINS a recolher (a)	-	169
IRRF sobre salários e participação nos lucros a recolher	383	292
ISS a recolher	20	12
Outros impostos a Recolher	89	101
	<b>637</b>	<b>1.997</b>

Ajustado  
(a) A Companhia está realizando compensação dos créditos tributários de PIS e COFINS, desta forma não haverá pagamento destes impostos até a finalização dos valores a compensar.

**13. Dividendos a pagar**  
Conforme artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas a distribuição total do lucro líquido apurado, após cálculo da reserva legal (Nota 15 (b)).

	2022	2021
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG	266	1.582
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM	255	1.521
	<b>521</b>	<b>3.103</b>

	2021	Adições	Pagamentos	2022
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG	1.582	266	(1.582)	266
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM	1.521	255	(1.521)	255
<b>Total</b>	<b>3.103</b>	<b>521</b>	<b>(3.103)</b>	<b>521</b>

**14. Benefício pós emprego**  
A Companhia possui obrigações de benefícios pós emprego e, com o suporte de uma consultoria técnica especializada, realizou os cálculos atuariais e registrou o passivo dos benefícios de Auxílio-Ensinio e Assistências Médica, Odontológica e Farmácia, oferecidos aos funcionários e ex-funcionários, e seus respectivos dependentes. A Companhia contrata empresa especializada para emitir o laudo atuarial anualmente, para cada fechamento de exercício.  
O método atuarial adotado para a determinação do valor presente da obrigação de benefício de

finido e do custo do serviço corrente, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19, foi o Crédito Unitário Projetado, com atribuição de todos os parâmetros realizados pela Companhia em conexão com seus consultores atuariais independentes.  
O objetivo deste método é calcular o compromisso atuarial de cada beneficiário do programa, conforme ele se acumula ao longo do tempo.  
A Administração entende que mantém níveis de capital suficientes para honrar as obrigações ora assumidas e que o nível de provisionamento dessas obrigações é dinâmico e suficiente, podendo ser ajustado à medida que os benefícios ora concedidos também o sejam.

	2022	2021
Benefícios pós emprego	8.656	7.407
	<b>8.656</b>	<b>7.407</b>

	2021	Adições	Reversões	Baixas	2022
Benefícios pós emprego	7.407	1.249	-	-	8.656
<b>Total</b>	<b>7.407</b>	<b>1.249</b>			<b>8.656</b>

	2020	Adições	Reversões	Baixas	2021
Benefícios pós emprego	7.258	149	-	-	7.407
<b>Total</b>	<b>7.258</b>	<b>149</b>			<b>7.407</b>

**15. Patrimônio líquido**  
**15.1. Capital social**  
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da Companhia é representado por 408.000.000 (quatrocentos e oito milhões) de ações totalmente subscritas e integralizadas sem valor nominal, todas normativas e assim distribuídas por categoria:  
• 367.200.000 ações ordinárias,  
• 20.808.000 ações preferenciais classe "A",  
• 12.648.000 ações preferenciais classe "B",  
• 7.344.000 ações preferenciais classe "C".  
As ações preferenciais, no caso de liquidação da Companhia, terão prioridade no reembolso do capital, na seguinte ordem: primeiramente as de classe A; em seguida as de classe B, verificando o integral reembolso da classe A; e, por fim, as da classe C, após o total reembolso das demais classes.  
As ações preferenciais de todas as classes participarão dos resultados em igualdade de condições entre si e com as ações ordinárias.  
Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada ação ordinária nominativa caberá direito a um voto. Quando as ações preferenciais adquirirem direito de voto, conforme descrito a seguir, a cada ação corresponderá um voto.  
As ações preferenciais classe A terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias, para eleger ou destituir o Diretor-Presidente. As ações preferenciais classe B terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias, para eleger ou destituir o Diretor de Operações. As ações preferenciais classe C terão direito a voto, conjuntamente com as ações ordinárias: a) para eleger o presidente e o secretário das Assembleias Gerais de acionistas; b) nas deliberações relativas a toda e qualquer alteração do estatuto social; c) nas deliberações sobre as matérias previstas no artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações; d) nas deliberações sobre a dissolução, liquidação, impetração de concordata ou pedido de falência da Companhia e sobre a destinação dos lucros apurados em balanço; e) nas deliberações sobre matérias referidas nos artigos 18 e 21 do Estatuto da Companhia.  
**a. Reservas de lucros**  
**Reserva legal**  
A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. É constituída de acordo com a lei das Sociedades por Ações (artigo 193) e pelo Estatuto Social da Companhia, que determina que o percentual de 5% do lucro líquido do exercício seja aplicado antes de qualquer destinação. O saldo da reserva legal não pode exceder o valor correspondente a 20% do capital social da Companhia.  
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o montante da reserva legal era de R\$ 88, correspondente ao limite de 20% do capital social da Companhia.

**16. Receita líquida**

	2022	2021
Receita bruta	97.467	84.179
(-) COFINS	(7.407)	(6.261)
(-) PIS / PASEP	(1.609)	(1.359)
Receita líquida	<b>88.451</b>	<b>76.559</b>

As receitas são calculadas a partir dos valores de custos e despesas incorridos no período, somados a uma margem contratual de 5% sobre os custos operacionais e impostos (PIS/COFINS), conforme escritura pública estabelecida entre CBMM e CODEMIG e estatuto social da Companhia.

**17. Custos dos produtos vendidos**  
A composição dos custos está assim representada:

	2022	2021
Custos com locação de máquinas e equipamentos (a)	(18.392)	(16.761)
Custo com pessoal (b)	(26.190)	(23.609)
Custo com combustíveis e lubrificantes (c)	(17.765)	(12.183)
Custos com participação em lucros e resultados	(2.632)	(4.222)
Custo com serviço de terceiros	(2.978)	(2.899)
Custos com manutenção (d)	(1.861)	(223)
Custos com material de uso e consumo	(1.517)	(1.239)
Custos com análises e sondagens	(676)	(778)
Outros custos	(2.099)	(1.386)
	<b>(74.110)</b>	<b>(63.300)</b>

(a) A elevação do gasto com locações está em linha com o reajuste dos valores previsto em contrato e com a maior movimentação de estéril no exercício.  
(b) As principais variações no custo com pessoal se devem aos reajustes de salário decorrentes do acordo coletivo vigente, além de novas contratações.  
(c) O principal impacto na elevação do custo com combustíveis tem relação direta com o aumento no preço do diesel e a maior movimentação de minério e estéril no período.  
(d) Em 2022 houve a contratação de serviços de bioengenharia e revegetação de taludes para manutenção das pilhas de estéril.

**18. Despesas administrativas e outras despesas operacionais**

	2022	2021
Despesas com pessoal	(6.061)	(5.679)
Despesas com serviços de terceiros	(1.247)	(1.570)
Despesas com participação em lucros e resultados	(724)	(1.271)
Despesas com sistemas e tecnologia	(437)	(387)
Outras despesas administrativas	(1.674)	(1.201)
Provisão benefício pós emprego	(1.249)	(149)
Provisão e reversão de contingências	(491)	-
	<b>(11.883)</b>	<b>(10.257)</b>

**19. Tributos sobre o lucro**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá - COMIPA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**  
**Transações com partes relacionadas**  
Chamamos atenção para a Nota 21 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.  
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em Conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.  
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.  
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.  
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.  
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade-deoperacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.  
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e o eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.  
Ribeirão Preto, 19 de abril de 2023

**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

**Marcos Franco Botelho**  
Contador CRC 1SP249995/O-8

**pwc**

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/AA98-3C29-35C4-FB5F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: AA98-3C29-35C4-FB5F



### Hash do Documento

dsvnzHbGluY8W2pm8Deloton/EfRMBjpAJpSOocmTJ0=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/04/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 20/04/2023 23:02 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

